

O Conteúdo das Publicações Militares em relação com a Sociedade do Século XXI¹

Carmelo Medrano Salto*

Texto traduzido da participação do representante do Exército Espanhol na *X Conferência da Associação de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares*, realizada no Rio de Janeiro, no período de 6 a 12 de setembro de 1997.²

A capacidade de criação daqueles que, atentos à inquietude profissional, usam a literatura – arte que emprega a palavra como instrumento – para produzir o pensamento que induz, ou simplesmente explica, as grandes e pequenas mudanças na evolução cultural, doutrinária ou técnica dos exércitos, encontra seu meio lógico de expressão nas publicações militares, um espaço amplo para o uso da escrita na formação

do espírito e do pensamento castrenses.

As publicações militares servem para cultivar o espírito do combatente. Como dizia o prestigiado dramaturgo espanhol, prêmio Nobel de literatura, Don Jacinto Benavente: *só o espírito põe nas espadas a luz da inteligência e, nas inteligências, a têmpera das espadas.*

Servem para difundir a torrente de reflexões que afloram, a partir dos escalões de comando e do âmbito civil, das inquietações sobre a temática relativa às questões de segurança e defesa, às ciências táticas e estratégicas, à logística, às novas missões atribuídas aos exércitos, aos avanços científicos e ao aproveitamen-

to das novas tecnologias, em benefício dos recursos, do material e do armamento.

As publicações militares são, sem dúvida, o meio de comunicação mais direto e oportuno de que dispõe o comando para informar, instruir e orientar as atividades do Exército. Constituem o instrumento mais adequado para esclarecer as idéias contidas em suas diretrizes, emitir comunicados ou oferecer o balanço periódico de resultados. Também são, certamente, o local apropriado para armazenar a experiência adquirida pelos que, envolvidos nos afazeres diários, descubrem novos métodos para superar os modelos estabelecidos pela rotina, ou se vêem obrigados a incursionar por caminhos

* Oficial General do Exército Espanhol. Presidente da Associação dos Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² Ver detalhes da Conferência na Seção Informações.

ainda não percorridos. São o melhor termômetro para medir o estado de ânimo, o moral, o vigor e o espírito dos seus homens.

A bagagem de idéias difundidas pelas publicações militares beneficia tanto os que se exercitam em atividades de formação, como os que as centram no planejamento, geral ou particular, e constitui a melhor representação diplomática para projetar, no exterior, o nível profissional de um exército, porquanto reflete o grau de preparação de seus quadros.

Mas são, sobretudo, um veículo de comunicação entre os componentes do Exército e a sociedade a que serve, porquanto, abertas ou não a colaboradores civis, conforme o caso, diante dela são expostas, de forma transparente, inquietações e preocupações, desde a liberdade de expressão com que tradicionalmente se expressa a pena castrense, unicamente condicionada pelo rigor que preside todas as suas ações.

Sobre esse quadro básico de idéias, emolduram-se as tarefas e missões, as possibilidades de agir e o alcance dos resultados viáveis às publicações militares em qualquer tempo histórico

que sejam analisados. Em suma, trata-se de informar e formar, de constituir uma tribuna objetiva e rigorosa para o debate de temas profissionais, aberta ao exame, à investigação e à difusão de novas tendências doutrinárias, científicas e técnicas, relacionadas sempre com a questão militar e, acrescentaríamos, à luz do enquadramento político, utilizando-as respeitosamente como dado objetivo de referência, porém absolutamente alheio à contenda ideológica ou ao debate partidário.

Durante a VIII Conferência da nossa Associação de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares, realizada em *Fort Leavenworth*, em 1995, foi objeto de estudo *A Relação das Publicações Militares nas Comunicações Sociais Ibero-Americanas*, e analisamos precisamente qual era a função desempenhada por esse tipo específico de veículo no amplo contexto dos meios de comunicação social. Na IX Conferência, realizada ano passado em Buenos Aires, os trabalhos centraram-se no tema *A Cultura Militar no Século XXI*, todo um esforço de prospecção sobre os traços com que se perfilará a sociedade e a

cultura na próxima centúria prestes a começar, para aproximar uma definição do que poderá ser a cultura castrense, conforme a evolução lógica com que vem se projetando na história recente. Se efetuarmos a confrontação e a comparação das conclusões obtidas nos trabalhos realizados durante as duas Conferências precedentes, poderemos deduzir quais são os fatores sócio-culturais que condicionarão a atuação dos exércitos durante, pelo menos, o início da próxima centúria e como deverão refletir-se na orientação dos conteúdos que deverão nutrir as publicações militares desse período.

Pois bem, comecemos por recapitular os traços que nos oferece a sociedade no trânsito até o século XXI, quando se fazem esforços para adivinhar como será a estrutura da nova ordem estratégica mundial, superada a confrontação bipolar que marcou a história das relações internacionais durante a segunda metade do século XX, sob o nome de Guerra Fria.

Se é certo que não se pode falar de uma sociedade homogênea, diante da distância evidente de motivações e ambições que se-

param os países desenvolvidos dos que constituem o chamado Terceiro Mundo, a propagação das tendências dos hábitos, costumes e sentimentos que provoca o impacto dos meios de comunicação, talvez permita generalizar a respeito do futuro das aspirações sociais diante do exemplo que oferece a denominada sociedade do bem-estar. Sociedade em que a posse e o desfrute dos bens materiais têm uma cotação muito superior às dos bens do espírito – salvo honrosas exceções –, resistente ao sacrifício, em que o enriquecimento e o mínimo esforço constituem ideais consagrados, que tende a ignorar e ridicularizar aquelas virtudes que fizeram grandes os povos. A objeção à consciência e a insubmissão são duas características do momento atual, manifestação de um sentimento de ausência de solidariedade, frequentemente relacionado com a propagação de falsos pacifismos e movimentos revestidos de um aparente altruísmo, com os quais se vai diluindo, e até destruindo, a escala de valores morais e espirituais que davam sentido à organização social dos povos em torno de uma estrutura de Estado e

um conceito de Pátria. Trata-se de uma sociedade para a qual a perda da paz é uma consideração remota, praticamente inconcebível na forma de conflito generalizado, diante dos que se sucedem com caráter regional, e que, em qualquer caso, só se sente afetada quando vê em perigo seu nível de bem-estar, sempre reagindo, desde logo, a qualquer tipo de sacrifício econômico e, menos ainda, pessoal.

Contrastando com esse movimento de desagregação moral entre os responsáveis pelo poder nos Estados e dentro das próprias Nações Unidas, está se desenvolvendo uma sensibilidade mais realista sobre o que representam as idéias de ordem, estabilidade e paz, portanto uma nova valorização das missões e funções a desempenhar pela força militar no sistema de relações internacionais.

Devido às novas funções de interdependência e de propagação internacional, os conflitos regionais, locais ou internos inevitavelmente incidem na marcha da economia global, adotando às vezes a forma de espirais de violência e provocando, em outras ocasiões, fenômenos de migração maciça, tanto

mais dramático quanto mais explosivo seja o índice de crescimento demográfico da região afetada. Em todo caso, alteram os pressupostos de desenvolvimento e os fluxos de investimentos, único sistema efetivo para superar desequilíbrios indesejáveis e garantir a ordem e estabilidade almejados.

No mundo pós-bipolar, a paz não é só a ausência de guerra, é também a criação de relações internacionais e internas pacíficas, precedidas de uma cooperação entre os diferentes Estados. A segurança mudou portanto de significado e natureza. Vai-se desprendendo do conteúdo que antes lhe proporcionava o excludente conceito de defesa, em que se supunha sempre uma ameaça a um adversário potencial, e passa a repousar sobre um emaranhado de compromissos e alianças, para o que a antiga ameaça se dilui em uma multiplicidade potencial de riscos multipolares e onde o vetor militar é só um componente a mais na armadura de atuações.

Durante a Guerra Fria, os conceitos de dissuasão e desarmamento permitiam sustentar o equilíbrio necessário para que a ameaça nu-

clear resultasse a neutralização de qualquer confronto de tipo convencional, e a guerra entre Estados se manteve afastada, inclusive do Terceiro Mundo, pois também a este alcançava a dinâmica do conflito entre os dois blocos. Ainda que não seja descartável um retrocesso de situações, em que volte a imperar o perigo de um conflito generalizado, sobretudo se se tem em conta a incontável proliferação de mísseis de armas de destruição em massa, nucleares e químicas, é um fato que a euforia suscitada pelo fim da Guerra Fria não tardou a ver-se empanada por instabilidades de caráter regional e conflitos internos, sejam étnicos, religiosos ou de identidade, que provocam o colapso das estruturas de muitos Estados, com o ressurgimento de nacionalismos, irredentismos históricos, desequilíbrios demográficos e econômicos, tribalismos, integralidade e fundamentalismos religiosos, organizações de caráter criminal (narcotráfico, máfias, etc.), ou essa mancha constituída pelo terrorismo em suas duas facetas, local e internacional.

As Forças Armadas, dotadas de estrutura e hierar-

quia, de homens e meios organizados, preparados para fazer frente a situações limites e imprevisas, com rapidez de reação, poder de intervenção e capacidade de projeção, estão sendo empregadas como o instrumento mais eficaz nessas novas missões, chamadas de paz ou de não-guerra, desde as fases antecedentes ao conflito até as posteriores, de reconstrução e de restabelecimento das condições de normalidade. As organizações de defesa internacionais se transformam e ampliam, evoluindo até sistemas de segurança coletiva e cooperativa. Sem desaparecerem as antigas doutrinas de emprego em combate, aparecem outras novas para missões de paz. As unidades multinacionais habituais entre exércitos da época da Guerra Fria, que com tanto esforço sintonizaram seus métodos de planejamento e de trabalho, e seus sistemas de comando e controle, para alcançarem uma razoável interoperacionalidade, são constituídas agora integrando unidades de exércitos estrangeiros, quando não de antigos adversários, dando origem a novos problemas de comunicação e coordenação.

Os profissionais militares, que em absoluto podem perder de vista a missão essencial que justifica a existência dos exércitos e que não é outra senão a independência e a integridade territorial de suas nações, têm que assumir, nessas novas missões, algumas funções que habitualmente lhes têm sido alheias, em que se entremesclam o papel de "gendarme" e polícia, gestor, juiz, educador, comunicador, legislador e diplomata, todos eles mantendo relações com sociedades civis desconhecidas e em plena tensão conflitiva, cheia de matizes sensíveis, no que pode resultar grave erro confundir imparcialidade com neutralidade e exceder-se, tanto na inibição como na intromissão. Situações que põem à prova o sentido ético e moral do soldado.

As novas missões de paz, tão delicadas na sensibilidade do seu desenvolvimento e execução, são igualmente novas para profissionais que intervêm em sua elaboração, desde os campos da política e da diplomacia. A definição política dos objetivos militares a alcançar pela força requer também uma especial sensibilidade, que só poderá *lograr-se à base de um mú-*

tu conhecimento de capacidades e de um diálogo redimensionado e adaptado a cada circunstância, desde os diversos protagonismos, político, diplomático e militar.

Enquanto o pensamento político-estratégico dos responsáveis das nações se ocupa, talvez mais que nunca, de instrumentalizar mecanismos de ação e resposta para preservar a paz mundial, com capacidade de prevenção, reação e intervenção sobre qualquer foco de conflito regional ou local posto em causa, a matéria-prima sobre a qual esses mecanismos se assentam, a sociedade desenvolvida, é progressivamente mais inadequada e inconsistente.

As conseqüências que se deduzem dessa tendência para os exércitos, nas atitudes de resposta das sociedades desenvolvidas, tem sua mais expressiva manifestação, de forma geral, em contínuas reduções de efetivos e pressupostos de defesa, e em uma permissiva e temporizadora revisão legislativa ante os fenômenos contrários inspirados pelos movimentos pacifistas, como a objeção de consciência e a insubmissão, cuja apuração final é a supressão do serviço militar obrigató-

rio. Por outro lado, as exigências das organizações internacionais de segurança obrigam a manter níveis eficazes de força, e o resultado consiste no recurso ao voluntariado, exércitos menores e profissionais e, frequentemente, organizados sobre a base de unidades multinacionais. As derivadas dessas conseqüências e do protagonismo alcançado pelas novas missões de paz se traduzem na elaboração de uma nova doutrina para ações de não-guerra, em aperfeiçoar e generalizar métodos e técnicas de planejamento e execução de caráter combinado, capazes de garantir a coordenação e interoperacionalidade de forças multinacionais integradas por unidades de origem muitas vezes diferente à das antigas alianças de defesa, e em dotar a tropa e escalões de comando de uma capacidade de ação flexível e sensível para assumir funções díspares e geralmente distintas daquelas que são habituais no combate. As novas estruturas a que estão sendo alocados os exércitos obrigaram a rever os sistemas de geração de forças, uma vez que os mecanismos de mobilização detinham a fonte que garan-

tia a conscrição geral e obrigatória.

Porém, além dessas repercussões de per si importantes, não é possível ignorar outros tipos de efeitos que indubitavelmente haverá de se produzir no futuro, e que serão conseqüência do inevitável e progressivo distanciamento que se irá originando entre a sociedade e o exército, quando seja só uma escassa porcentagem da juventude que, por vocação ou movida pela necessidade de encontrar um tipo de trabalho que tenha afinidade com a vida militar.

Só se ama aquilo que se conhece e se o afastamento entre a sociedade e o exército produz, por desconhecimento, o desamor ou divórcio, quando, além disso, se faz tibia a sensibilidade social ante a vulnerabilidade da paz e as garantias que para esta representam as forças armadas, não haverá político responsável capaz de arrostar o desgaste eleitoral que se supõe apresentar um pressuposto de defesa, por modesto que este seja. As sociedades caíram inermes e seus exércitos acabaram por sentir-se contemplados como forças mercenárias, só valorizados quando desempenham missões alheias à

defesa nacional, desassistido do calor e compreensão da sociedade de que procedem e para a qual existem.

Ante toda essa problemática, os exércitos deverão encontrar respostas revisando e reforçando seus planos de formação e aperfeiçoamento e seus programas de instrução e adestramento. Porém uns e outros, para serem realmente eficazes, para poder prolongar sua ação de uma maneira constante, cobrindo os extensos intervalos de tempo que transcorrem entre o passo dos homens pelos centros de ensino e instrução, terão que ser complementados por uma ação de comunicação que atualize, informe e estimule o pensamento dos quadros e que, simultaneamente, seja capaz de relacionar suas inquietudes com a sociedade em que se inserem. Quer dizer, haverá que elaborar alguns planos e programas de comunicações e relações públicas, desenvolvendo as estruturas adequadas e dispondo dos especialistas necessários para levá-los a cabo, incorporando os métodos e técnicas aplicáveis entre aqueles que são objeto de estudo nas ciências e informações. No número 682 da revista espa-

nhola "Ejercito" correspondente ao bimestre julho-agosto do corrente ano, pode-se encontrar um amplo desenvolvimento, em forma de documento, de como se contempla, na Espanha, o tema da comunicação entre o âmbito castrense e a sociedade, na qual intervêm, com o aporte de seus conhecimentos e pontos-de-vista, eminentes catedráticos civis e especialistas militares em ciências de informações e de relações públicas.

Compenetrar as estruturas sociais com as militares implica, em sua origem mais elevada, a vontade de desenvolver uma política integral de governo e, nesse sentido, e como se aponta no documento da revista "Ejercito" a que se fez referência, na Espanha a Diretriz de Defesa Nacional 1/96 estabelece objetivos que definem essa vontade superior de realizar uma política informativa de defesa, integradora do binômio exército-sociedade.

Nessa mesma linha se situa o propósito de potencializar a ação do Instituto de Estudos Estratégicos, pois não basta que os responsáveis pelo poder e as elites do pensamento sejam conscientes e estejam preocupados com a engenharia estrutural

e financeira dos sistemas de segurança e defesa. É necessário mobilizar a sociedade em seu conjunto, levando o estudo dessas questões aos centros de formação da juventude e dos futuros dirigentes, conectando as universidades com os estudos militares e projetando uma política educacional em benefício da cada vez mais íntima relação em que discorrem as políticas exterior e de defesa das nações.

As publicações militares, como suporte de fluxos do pensamento, deverão integrar-se no marco dessa ação comunicacional, mantendo a temática de seus profissionais de sempre, mas dando ênfase àqueles aspectos já analisados e que representam uma inovação doutrinária, funcional e técnica, o que introduz matizes e sensibilidades novas nos valores de natureza espiritual que deve possuir o soldado. Porém, acima dessa importante finalidade formativa e informativa dos quadros profissionais, as publicações militares deverão, no futuro que se abre com o século XXI, ser conscientes do papel que desempenharão como veículo de comunicação para uma sociedade civil que, se responder positi-

vamente a uma política integradora e conscientizadora com as grandes questões da segurança e da defesa, poderá buscar nessa literatura militar, desde os meios de comunicação social e desde os centros de formação, a fonte de consulta, o pensamento especializado com que documentar seus trabalhos, seus ensaios, ou suplementar sua informação pública.

Trata-se de um leque de possibilidades aberto à ação indireta das publicações militares se, com competência, rigor e qualidade, acertam em satisfazer a demanda de conhecimentos requerida por uma ampla gama de profis-

sionais – consagrados ou em formação – desde os mais diversos setores da política, a administração, as empresas pública e privada, escolas técnicas superiores, universidades e centros de estudos de pós-graduação e de alta gestão. Uma via de ação indireta que se irá ensejando à medida que as publicações militares vão resultando em tribuna cobiçada por penas civis, interessadas em consolidar um reconhecido prestígio nessa temática, e se vão convertendo em ponto de referência obrigatória para os meios de comunicação social.

Em suma, diante do século XXI, ao se definir a li-

nha editorial das publicações militares e programar a dosagem de seus conteúdos, acima de todos os concretos objetivos profissionais analisados, deverá estar presente, na mente dos redatores, a consciência do impacto que seus escritos podem alcançar sobre o tecido social, com a finalidade de contribuir, sempre que seja possível, a expandir a idéia de que a segurança é uma responsabilidade compartilhada de todo o corpo social, não um patrimônio exclusivo dos militares, e que só ao povo corresponde exigir e dotar-se da defesa nacional necessária para garantir a paz.

Prezado assinante

Estamos em débito com as assinaturas das revistas do ano de 1997. Dificuldades orçamentárias, a retração do mercado de divulgação e problemas da gráfica nos impediram de cumprir os prazos acordados. Todavia estamos envidando todo o nosso empenho para regularizar a distribuição das revistas, de modo fazê-las chegar aos assinantes até o final do corrente ano

Apresentando nossas desculpas, agradecemos a sua compreensão e esperamos não repetir as mesmas falhas em 1998.

O Editor

X CONFERÊNCIA DE EDITORES ÍBEROS-AMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES



Vista geral do auditório na Sessão de Abertura da Conferência.

Desenvolvimento dos trabalhos: exposição do representante do Exército da Espanha.



Aspecto do encerramento, no salão de Convenções do CGEA, Itaipava, RJ: o Ministro Zenildo Lucena entrega o diploma de participação ao General-de-Brigada do Exército Espanhol, Carmelo Medrano Salto.

